

PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL xx/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para Contratação de subscrição de ferramenta de software para realização de análise de qualidade e segurança de código-fonte e dependências durante o desenvolvimento de software, conforme especificações, exigências e prazos constantes deste Termo de Referência. Registro de Preços para Contratação de subscrição de ferramenta de software para realização de análise de qualidade e segurança de código-fonte e dependências durante o desenvolvimento de software, pelo prazo de 24 meses, incluindo suporte e garantia, conforme especificações, exigências e prazos constantes deste Termo de Referência

1.2. Farão parte deste Registro de Preços, como órgãos participantes, os Tribunais Regionais Eleitorais – TREs e o Tribunal Superior Eleitoral, que serão responsáveis pelas suas respectivas contratações.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Motivo da contratação

No decorrer do desenvolvimento de software é necessário realizar várias checagens. Além das checagens relacionadas com as funcionalidades esperadas do software, também são avaliadas as questões de infraestrutura, bancos de dados, dentre outros. Contudo, em períodos recentes, uma das preocupações mais recorrentes no desenvolvimento e implementação de software são as referentes aos aspectos de segurança.

Vulnerabilidades em software podem levar desde a um uso inadequado do software, perda de dados, comprometimento dos recursos de infraestrutura, até

mesmo ao acesso indevido aos dados e recursos do software em questão e de outros softwares disponíveis no ambiente das empresas e das instituições públicas.

De modo a garantir a qualidade do software sob o ponto de vista técnico, bem como detectar e auxiliar na correção de defeitos (*bugs*) e de construções que podem levar a falhas de segurança, faz-se necessária a análise do software durante o seu desenvolvimento. Ferramentas de análise de qualidade e segurança de código-fonte são utilizadas para verificar a qualidade do software que está em processo de construção, tanto em busca de códigos problemáticos que podem eventualmente levar a *bugs* e comportamentos indesejados, como também localizar falhas no código e/ou nas bibliotecas utilizadas que podem ocasionar em comprometimento dos aspectos de segurança.

2.2 Alinhamento com o Planejamento estratégico

Esta contratação está alinhada ao PDTIC TRE-SP 2021 – 2026 (Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados e Promover Serviços e Soluções de Infraestrutura e Soluções Corporativas) e à ENSEC-JUD.

2.3. Estudos Preliminares

2.3.1. Os estudos preliminares desta aquisição constam do processo SEI 0060380-47.2022.6.26.8000, e verificaram a existência de soluções de software livre para análise de qualidade e segurança de código-fonte, porém estas não atendem a todos os requisitos necessários, sendo escolhida a contratação de subscrição de ferramenta comercial.

2.3.2. A natureza do objeto é comum no mercado de tecnologia da informação.

2.4. Forma de aquisição e critério de seleção do fornecedor

2.4.1. O objeto está em grupo único.

2.4.1.1 A fundamentação para o parcelamento ou não do objeto da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnicos preliminares.

2.4.2. A licitação será na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica. A seleção do fornecedor será feita com base no menor preço global do grupo único.

2.4.3. A Detentora da Ata deverá assinar os Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Apêndice B).

2.4.4- Optou-se pelo Sistema de Registro de Preço, consoante o art. 3º do Decreto nº 7.892/2013 pela conveniência de adquirir os produtos com entregas parceladas.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 Natureza do objeto: Solução de análise de qualidade e Segurança de código-fonte e dependências durante o desenvolvimento de software

A contratação será realizada em conjunto com os Tribunais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral, conforme a descrição dos itens abaixo e unidades de medidas correspondentes.

As quantidades dos itens estão relacionadas no Apêndice A - Quantidade Estimada pelo TRE/SP e Órgãos Participantes e Endereços da Disponibilização da solução.

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário máximo aceitável	Preço total máximo aceitável
ÚNICO	1	Licença de uso de usuário por subscrição por 24 (vinte e quatro) meses de ferramenta de análise de qualidade e segurança de código-fonte e dependências durante o desenvolvimento de software	USUÁRIO	30		
	2	Instalação e configuração da solução no ambiente do Tribunal	UNIDADE	1		
	3	Treinamento com, no mínimo, 20 horas de carga horária	PESSOA	30		
PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO (soma dos preços totais dos itens 1, 2 e 3)						

3.1.1. A licença da solução é por subscrição e inclui atualização e suporte técnico no período da vigência da subscrição.

3.1.2 A instalação e configuração da ferramenta serão realizadas na infraestrutura local do Tribunal (*on premises*).

Observação: Os códigos e descrições do "CATMAT/CATSER" constantes do Compras.gov.br podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características. Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas no Termo de Referência.

3.1.3 Características da solução de análise de qualidade e Segurança de código-fonte e dependências durante o desenvolvimento de software:

3.1.3.1 Integração com a ferramenta de versionamento de código Git utilizada pelo Tribunal.

3.1.3.2 Integração com esteiras de integração contínua (CI) e entrega contínua (CD), para automatizar a análise de código em todas as etapas do processo de desenvolvimento de *software*.

3.1.3.3. Verificação estática de código das aplicações (SAST), com suporte, no mínimo, às linguagens de programação Java, Javascript, PHP, Python, .net, Typescript, Ruby.

3.1.3.4. A solução deve permitir a personalização e criação de regras de análise estática de código.

3.1.3.5. A verificação estática de código deve possuir base de dados de vulnerabilidades interna que deve contemplar, no mínimo, os conjuntos de vulnerabilidades publicamente disponibilizados Common Weakness Enumeration (CWE), Common Vulnerabilities and Exposures (CVE) e OWASP Top 10.

3.1.3.6. A solução deve oferecer atualização da base de dados de vulnerabilidades com frequência mínima trimestral.

3.1.3.7. Sugerir alterações no código fonte e/ou fluxo de dados para correção de problemas de segurança da informação.

3.1.3.8. Verificação de segurança de dependências utilizadas pelas aplicações (SCA).

3.1.3.9. Verificação dinâmica (DAST) para evitar que a aplicação seja implantada com vulnerabilidades.

3.1.3.10. A solução deverá permitir o gerenciamento de portfólio dos projetos analisados.

3.1.3.11. Gestão de vulnerabilidades, com a apresentação do nível de severidade das vulnerabilidades, bem como sugestão de solução.

3.1.3.12. Gerar relatórios e painéis de controle com a visão geral das aplicações e análises realizadas.

3.1.3.13. Relatório de qualidade de código com a indicação dos trechos de código que necessitam de refinamento e a explicação dos problemas encontrados.

3.1.3.14. Relatórios de segurança, contendo a relação de vulnerabilidades encontradas e com proposta de sugestão de correção das vulnerabilidades.

3.1.3.15. Deverá permitir gerenciamento de alertas de segurança

3.1.3.16. A solução deverá ser executada em ambiente local (on premises), sem que seja necessário encaminhar o código-fonte para um serviço externo e/ou na nuvem.

3.1.3.17. A solução deve integrar-se com IDEs (Ambientes de Desenvolvimento Integrado) para indicar problemas ou débitos técnicos em tempo real aos desenvolvedores.

3.1.3.18. A verificação de dependências (SCA) poderá acessar serviços externos ou na nuvem desde que não encaminhe código-fonte para esses ou outros serviços externos e/ou na nuvem.

3.1.3.19. A solução deverá disponibilizar acesso à base de conhecimento, tanto referente ao seu funcionamento bem como às vulnerabilidades de código por ela reconhecidas.

3.1.3.20. Deve indicar nível de cobertura de testes unitários e configuração de percentagem mínima de aceitação

3.2. Instalação e configuração da solução no ambiente do Tribunal

3.2.1. A Detentora da Ata deverá entregar a solução adquirida completamente funcional, dentro das especificações deste Termo de Referência, e dentro do prazo estipulado.

3.3. Treinamento

3.3.1 Serviços de treinamento de no mínimo 20 horas em horário comercial sobre a solução contratada, de forma remota, on-line por videoconferência;

3.3.2 Deverá ser fornecido certificado para cada participante, contendo a respectiva data, carga horária e assinatura do técnico responsável/empresa fornecedora;

3.3.3 Deverá ser do tipo Hands-on para os técnicos designados pelo Órgão Gerenciador/Participante.

3.3.4 Deverão ser demonstradas as principais funcionalidades da solução contratada.

3.3.5 Deverá demonstrar no ambiente instalado os recursos habilitados, configurações realizadas, e outros cenários possíveis para a equipe técnica do Órgão Gerenciador/Participante, explicitando a forma de utilização da solução e de seus recursos;

3.3.6 Deverão ser fornecidos material didático digital, documentação do projeto e manuais de produto.

3.3.7 As atividades serão realizadas em dias úteis e horário compatível com o horário de funcionamento do Tribunal, das 8h às 20h, exceto quando por necessidades do Órgão Gerenciador/Participante, a ser acordado entre as partes.

3.4 – Será(ão) desclassificada(s) a proposta(s) que, após a etapa de negociação, mantiver(em) seu(s) preço(s) unitário(s) superior(es) ao(s) preço(s) máximo(s) aceitável(is) pela Administração.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO OU DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO

A execução e a disponibilização das soluções contratadas se darão nos locais indicados no Apêndice A - QUANTIDADE ESTIMADA PELO TRE/SP E ÓRGÃOS PARTICIPANTES E ENDEREÇOS DA DISPONIBILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO.

5. PRAZO DE DISPONIBILIZAÇÃO E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O prazo para disponibilização das licenças (item 1): até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. O prazo para implantação e configuração da ferramenta na infraestrutura (item 2): até 10 dias úteis, contados do recebimento da disponibilização das licenças.

5.3. O prazo para o treinamento da ferramenta (item 3): até 30 (trinta) dias corridos, contados da implantação e configuração da ferramenta.

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. O recebimento das licenças (item 1) será efetuado provisoriamente por funcionários do quadro de pessoal da Contratante, conforme modelo do Apêndice C, no prazo de até 5 dias úteis.

6.2. Após o recebimento provisório das licenças e implantação da solução (item 2), será realizado Teste de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

6.3. O aceite e a inspeção técnica serão efetuados a fim de verificar a conformidade deles com as especificações técnicas dispostas na descrição deste Termo de Referência.

6.4. Considerar-se-á como data efetiva de disponibilização e implantação da solução aquela aposta no Termo de Recebimento Definitivo emitido pela referida Fiscalização (conforme modelo do Apêndice D), que se dará após a conclusão do teste.

6.5 – No caso de constatação de não conformidade, a data efetiva de disponibilização e implantação da solução será a da regularização total da(s) pendência(s).

6.6 - Do atesto do treinamento (item 3). Considerar-se-á cumprida a obrigação com a emissão de certificado de realização do treinamento, nos moldes do subitem 3.3. deste Termo de Referência.

7. FORMA COMO OS SERVIÇOS SERÃO SOLICITADOS

7.1. A disponibilização e acessos das licenças, implementação da solução e treinamento serão efetuados após o recebimento da Nota de Empenho e assinatura do respectivo contrato, por cada Tribunal.

7.2. O recebimento da Nota de Empenho e a assinatura do respectivo contrato serão formalizados pelas unidades responsáveis de cada Tribunal.

7.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a detentora fica obrigada a entregar a solução de acordo com o preço registrado, nas quantidades indicadas em cada Nota de Empenho e seu respectivo contrato.

7.4. Os tribunais participantes não estão obrigados a contratar a solução cujo preço foi registrado, ficando a seu critério definir a realização, quantitativo e o momento da execução daquele, de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

7.5. A Detentora da Ata não poderá, sem motivo justo, devidamente comprovado e informado, recusar-se a executar o serviço solicitado pelo Tribunal participante.

8. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 57, IV da Lei nº 8.666/1993. O prazo de vigência do contrato

8.2. Não será admitida a subcontratação do objeto.

9. GARANTIA E SUPORTE DO PRODUTO OU SERVIÇO

9.1 Garantia

9.1.1. A garantia e suporte terão prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

9.1.2. A garantia das licenças e serviços inclui as atualizações da solução e inclusão de novas funcionalidades ou recursos disponibilizados durante a vigência contratual, cujas despesas decorrentes serão de inteira responsabilidade da Detentora da Ata.

9.1.3. O início do prazo da garantia se dará com o aceite definitivo da solução contratada.

9.2 Suporte

9.2.1. O suporte técnico deverá ser remoto, em português, acionável por interface web ou por telefone no Brasil para o esclarecimento de dúvidas referentes à utilização da solução ou para submissão de problemas de funcionamento da solução.

9.2.2. O suporte técnico será acionado pela abertura de chamados técnicos que conterão, além do detalhamento da solicitação de suporte, a indicação do nível de severidade.

9.2.3. O serviço de suporte técnico deverá contemplar a definição de, ao menos, três níveis de severidade, com características e tempos de resolução (definitiva ou de contorno) conforme a tabela abaixo:

Severidade	Descrição	Tempo de Atendimento
Alta	Solução sem condições de utilização	Até 2 dias úteis
Média	Solução em operação, porém com funcionalidades importantes sem condições	Até 6 dias úteis

	de utilização	
Baixa	Todos os demais problemas ou solicitações de orientação de uso	Até 15 dias úteis

9.2.3.1. Caso a solução apresentada pelo suporte não seja definitiva (solução de contorno), deverá ser apresentado ao Tribunal plano de solução definitiva em até 10 dias úteis.

10. INDICAÇÃO DE PESSOAL

Será(ão) designado(s) pela Órgão Gerenciador/Participante servidor(es) para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93 e tudo o que dispõe a presente contratação.

11. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

A Detentora da Ata, sem prejuízo do atendimento à legislação vigente, obriga-se a:

11.1 - executar fielmente o objeto da Ata de Registro de Preços na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente ao Órgão Gerenciador/Participante, por intermédio da Fiscalização, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do objeto, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

11.2 - indicar, na Proposta Definitiva de Preços, a qualificação (nome e CPF) do preposto que representará a empresa durante a vigência do ajuste. Se houver a substituição desse profissional, a qualificação do novo PREPOSTO deverá ser informada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio de correio

eletrônico endereçado à equipe de Fiscalização do Órgão Gerenciador/Participante.

11.2.1 - A Detentora da Ata deverá substituir, sempre que exigido pelo Gestor da Ata, o(s) preposto(s) ou técnico(s), cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios às normas da Administração Pública.

11.3 - providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a atualização dos números de telefone e o endereço de e-mail, sempre que houver alterações destes;

11.4 - manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação do Órgão Gerenciador/Participante;

11.5 - consentir durante a execução do ajuste, que seja realizada Fiscalização, atentando-se para as observações, solicitações e decisões do Fiscal, desde que justificadas, não ficando, contudo, eximida de sua total responsabilidade sobre todos os serviços contratados;

11.6 - responsabilizar-se por danos pessoais ou materiais causados diretamente por seus funcionários na execução do objeto da Ata, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;

11.7 - cumprir todas as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto da Ata de Registro de Preços, como a Lei Nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 13.709/ 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, dentre outras;

11.8 - A Detentora da Ata responderá por quaisquer prejuízos que seus empregados causarem ao patrimônio do Órgão Gerenciador/Participante ou a terceiros, por ocasião da prestação dos serviços, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente, apurados após regular procedimento administrativo.

11.9 - A Detentora da Ata arcará com todos os encargos sociais trabalhistas, tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do ajuste, bem como custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso exista.

12. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR/PARTICIPANTE

O Órgão Gerenciador/Participante obriga-se a:

12.1 - promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

12.2 - verificar se durante a vigência da Ata estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação da Detentora da Ata;

12.3 - efetuar o pagamento à Detentora da Ata, nos termos previstos na cláusula 15.

13. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

13.1. A licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta eletrônica de preços, declaração que comprove, por documento ou site oficial do fabricante, ser parceiro ou empresa credenciada apta a comercializar os produtos indicados para órgãos públicos.

13.1.1. A exigência justifica-se em razão da complexidade da(s) solução(ões) a ser(em) adquiridas, bem como pelas condições exigidas pelo mercado para comercialização.

13.1.2 O fabricante poderá ser consultado a validar a compatibilidade dos itens e as declarações apresentadas, de modo a validar as condições de garantia existentes.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - Os pagamentos serão realizados pelo Órgão Gerenciador/Participante, de acordo com os prazos e termos abaixo dispostos:

14.1.1 – O pagamento dos itens 1 e 2 serão efetuados pela Seção de Pagamento de Contratos e Diárias, por ordem bancária, até o 10º dia útil após a regular prestação dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo (modelo constante do Apêndice D deste Termo de Referencial), acompanhado da correspondente nota fiscal/fatura, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, mediante crédito em nome da contratada, em instituição financeira por ela indicada.

14.1.2. O pagamento do item 3 será feito até o 10º dia útil, à vista da emissão dos respectivos certificados de realização de treinamento.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do documento pela Adjudicatária.

15.2. A Ata de registro de Preços deverá ser firmada dentro do prazo de validade da proposta.

15.3. O preço registrado é fixo e irrevogável durante a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo o disposto nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora da Ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17. ASSINATURAS

<O Termo de Referência deverá sempre ser assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pelo titular da área demandante (artigo 13, § 1º da Resolução CNJ nº 182/2013).>

São Paulo, em xxx/xx/xx.

<nome>	<nome>	<nome>
Equipe de Planejamento da Contratação		

Aprovo o Termo de Referência.

<nome>
Titular da área Demandante

PREGÃO ELETRÔNICO FEDERALxx/2023

APÊNDICE A

**QUANTIDADE ESTIMADA PELO TRE/SP E ÓRGÃOS PARTICIPANTES E
ENDEREÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO**

Órgão	Local para disponibilização da solução	Item 1	Item 2	Item 3
TSE	Tribunal Superior Eleitoral Situado no SAFS -Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, Ed. Anexo.			
TRE-AC	Tribunal Regional Eleitoral do Acre Alameda Ministro Miguel Ferrante, 224. Portal da Amazônia - Rio Branco - AC CEP: 69915-632 - Brasil			
TRE-AL	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL. CEP 57051-090			
TRE-AM	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas Av. André Araújo, nº 200, Aleixo, CEP 69060-000.			
TRE-AP	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá Avenida Mendonça Junior, 1502 - Centro, Macapá - AP - 68900-914 - Brasil. Tel: (96) 3198-7536/7540			
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia 1a Avenida, 150, CAB, Salvador-BA			
TRE-CE	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará Rua Jaime Benévolo, 21, Centro, Fortaleza, CE, CEP 60050-080			
TRE-DF	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal Praça Municipal - Qd. 02, lote 06, Brasília	22	1	8
TRE-ES	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo Av. João Baptista Parra, 575 - Praia do Suá - Vitória - ES - CEP: 29052-123 (entrega física) Email: rede@tre-es.jus.br (entrega online)			
TRE-GO	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás Praça Cívica, N. 300 - Setor Central, Goiânia, Goiás, 74003-010			
TRE-MA	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão Avenida Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP 65010-917			
TRE-MT	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750, Centro Político e Administrativo, Cuiabá - MT - 78049-941			
TRE-MS	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul Praça Municipal - Qd. 02, Lote 06, Brasília - DF - Brasil - CEP: 70.094-901	15	1	15
TRE-PA	Tribunal Regional Eleitoral Pará			

	Rua João Diogo 288, Campina , Belém- PA- CEP 66015-902.			
TRE-PB	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba Avenida Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa/PB - 58020-528 - João Pessoa / PB. E-mail: stic@tre-pb.jus.br	10	1	10
TRE-PE	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 1.160, Derby, Recife-PE - CEP 52010-904 - Brasil	23	1	23
TRE-PI	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí Praça desembargador Edgar nogueira, s/n Teresina - PI			
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná Rua: João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba-PR CEP: 80220-902	20	1	20
TRE-RN	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte Av. Rui Barbosa, 215 - Natal/RN - CEP 59015-290			
TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro Av. Presidente Wilson, 194/198, 7º andar - Centro Rio de Janeiro — RJ CEP 20.030-021			
TRE-RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho - Rondônia. CEP: 76.805-901			
TRE-RR	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima Av. Juscelino Kubitschek, 543, São Pedro, Boa Vista/RR – Brasil CEP: 69306-685			
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul Rua 7 de Setembro, 730 – Centro – Porto Alegre RS – CEP 90.010180			
TRE-SE	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe CENAF - Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho. CEP 49081-000. Aracaju/SE, das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, Sujeito a alteração , devidamente comunicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo o frete, carga e descarga custeados pela(o) CONTRATADA(O)			

TRE-TO	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins Quadra 202 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2 Plano Diretor Norte, Palmas-TO, CEP 77.006-214 .	15	1	10
TRE-SP	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo Coordenadoria de infraestrutura, 7º Andar Miquelina, Rua Francisca Miquelina, 123 Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil CEP: 01316-900	30	1	30

APÊNDICE B

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O TRIBUNAL xxxxxx, CNPJ xxxxxx, sediado Rua xxxx, nº xxx, Bairro xxxx, em xxxxx – CEP: xxxxxx,

OU

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

OU

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE _____

doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a «NOME DA EMPRESA» sediada em «ENDEREÇO, CNPJ NP «CNPJ», doravante denominada CONTRATADA.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO XXXXXX, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação dessas informações sigilosas, bem como definir as regras para seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Comunicação do TRE-SP disponível no sítio do TRE-SP da Internet (www.tre-sp.jus.br);

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula primeira — DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações disponibilizadas pelo CONTRATANTE, bem como para cumprimento da Política de Segurança da Informação e Comunicação do TRE-SP, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 7.845 de 14/11/2012 — Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda — DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com os procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtidas por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Cláusula Terceira - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Será considerada informação sigilosa toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada.

O termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, dados, logs, sistemas, processos, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominadas INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que lhe venham a ser confiadas durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro — Comprometem-se as partes a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo — As partes deverão cuidar para que as informações fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro — As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I — Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II — Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III — Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta — DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro — A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da Informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE, bem como não utilizar as informações do CONTRATANTE gerenciadas pela solução do serviço de Gestão de Ativos e Patches para propaganda, otimização de mecanismos de inteligência artificial ou qualquer uso secundário não-autorizado;

Parágrafo Segundo — A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO e da Política de Segurança da Informação disponível no site do TRE-SP (www.tre-sp.jus.br);

I — A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro — A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto — Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I — Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto — A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto — A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro acima, também se obriga a:

I — Não discutir perante terceiros; usar; divulgar; revelar; ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, nacionais, transnacionais, estrangeiras, países e governos estrangeiros e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao Objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

II — Responsabilizar-se por impedir por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas a divulgação ou utilização das informações proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

- III** — Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV** — Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações.

Cláusula Quinta — DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em Vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a aplicação de penalidade prevista conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidade civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei n. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Compromisso de Manutenção de Sigilo é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro — Surgindo divergências quanto interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios da boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo — O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro — Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I** — A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II** — A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;
- III** — A CONTRATANTE tem a garantia da exclusividade de direitos sobre todas as informações tratadas durante o período contratado, incluídas eventuais cópias disponíveis, tais como backups de segurança;
- IV** — A omissão ou a tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- V** — Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- VI** — O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VII — Alterações do número, natureza e quantidade de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VIII — O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA serão incorporadas a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessária a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

IX — Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem como obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

Para a contratação formalizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo:

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de São Paulo/SP, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para a contratação formalizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o foro de eleição será Brasília/DF

Para as contratações formalizadas pelos demais Tribunais Regionais Eleitorais, as respectivas capitais.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

DE ACORDO,

CONTRATADA

CONTRATANTE

<Nome / Qualificação ><Nome / Matricula >

Testemunha 1

Testemunha 2

« Nome / » « Nome / »

APÊNDICE C

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇO

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
OU
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE _____**

Aos dias do mês de do ano de _____, a comissão de encerrou os trabalhos de análise para fim de RECEBIMENTO PROVISÓRIO, previsto no Contrato nº _____ (ou Nota de Empenho nº _____), do Processo nº _____.

Assim procedendo, comissão de fiscalização conferiu as licenças/acessos da solução e atestado o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, sem (ou com as seguintes) ressalvas:

<listar as discrepâncias, se houver>

Local, ____ de _____ de 20__.

Comissão de Fiscalização

<Nome/ Matrícula / Lotação>

APÊNDICE D

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
OU
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE _____

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de ____, a comissão de, declara para os devidos fins, que recebe, definitivamente, a entrega da solução (disponibilização/acessos das licenças/implementação da solução) e atestado o RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto previsto no Contrato nº _____ (ou Nota de Empenho nº _____), do Processo nº _____

Local, ____ de _____ de 20____.

Comissão de Fiscalização

<Nome/ Matrícula / Lotação>